



**A revelação da Amazónia  
continuou a empresa do  
Infante**



# A revelação da Amazónia continuou a empresa do Infante

Por ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS



SEPARATA DA REVISTA 'OCIDENTE' — VOL. LVIII — LISBOA, 1960

437  
9/11/09/11  
375e



Os descobrimentos portugueses, de terras e de humanidades, empresa com que a nacionalidade ibérica foi contribuindo para a ampliação dos conhecimentos universais, contribuição que nunca será demais indicar como capítulo expressivo da façanha de europeização da terra, não se restringiram ao que ocorreu no período do Infante, e de seus continuadores da monarquia de Avis. O que foi realizado posteriormente, já os Portugueses na posse soberana de continentes exóticos, que exploravam para satisfação económica da Europa e cristianizavam no cumprimento de seus desígnios religiosos, reveste-se dos mesmos aspectos sensacionais, que precisam ser devidamente considerados, pelo que reflectem como permanência do espírito indagador, curioso, e como operação científica de resultados magníficos para o prosseguimento da obra de alargamento do espaço habitável.

O que Gilberto Freire, com muito êxito, chamou de luso-tropicalização da terra não significou, portanto, apenas o esforço produtivo, cheio de sucesso, da conquista espiritual e cultural dos povos com que se defrontaram e sobre que exerceram o domínio político ou a incorporação étnica, de sangue. Deve ser compreendido também como capítulo da operação de reconhecimento ou de indagação pormenorizada, atilada, lúcida, acerca do que eram aqueles espaços, no seu valor físico, na sua importância económica, nas suas peculiaridades como ambiente em estado de natureza primitiva e conseqüentemente em fase de humanização.

Nesse particular, o que os Portugueses realizaram na América (Brasil), na África e provavelmente também na Ásia, nos séculos XVII e XVIII constitui qualquer coisa de impressionante, que está precisando ser esmiuçado para evidenciar que os descobrimentos, como tarefa de ciência, não cessaram depois do achamento do Oriente. Ao contrário, ampliaram-se em capítulos admiráveis, de que resultaram, realmente, novas áreas para as possibilidades de ocupação política. Os materiais existentes são abundantes, mas, na maior parte, inteiramente inéditos, em arquivos públicos e privados.

Queremos, a propósito, como contribuição mínima ou como mera indicação das perspectivas que tal trabalho oferece, registrar meia dúzia de informações referentes ao extremo norte do Brasil, a Amazônia, onde Portugal efectuou a sua mais viva e curiosa experiência tropical, informações que permitirão, todavia, apesar do seu carácter ligeiro, indicar a imensidade da façanha de reconhecimento geográfico que foi efectivado principalmente no século XVIII e de que só na secção de manuscritos da Biblioteca e

Arquivo Públicos do Estado do Pará, há um cedulário importantíssimo, que nos serviu à presente comunicação.

Lembremos, para começar, que a Amazónia fora alcançada nos inícios do século XVII, em 1616, quando se levantou o primeiro estabelecimento, o fortim do Presépio, a cuja sombra se iria elaborando o núcleo urbano que é, presentemente, a cidade de Belém, capital do Estado do Pará e, de certo modo, o mais importante centro demográfico e cultural da região. Espaço exótico, sobre que já circulavam notícias fantasiosas, desde que o espanhol Francisco de Orelana navegara o rio imenso, do Pacífico ao Atlântico, e dele se escreviam crónicas que despertavam o interesse cobiçoso de Ingleses, de Holandeses e de Franceses, eternos concorrentes de Portugal, os Portugueses haviam sentido a necessidade de penetrá-lo e dele empossar-se, mesmo tendo de arrostar, como arrostaram, a luta de mais de trinta anos contra aqueles estrangeiros, «hereges», como lhes chamavam na terminologia política da época. E organizada a conquista, pela acção de seis Ordens Religiosas, de autoridades cívicas e militares, de colonos que encontraram ali um gigantesco mundo de matérias-primas procuradas pelos mercados do Velho Mundo, fora então possível identificá-lo pormenorizadamente, o que levaria à posse efectiva, reveladora da maturidade de quem a exercia <sup>1</sup>.

A empresa portuguesa na Amazónia, comparada, ademais, com a que os Espanhóis, os Franceses, os Ingleses e os Holandeses procuraram realizar nas Guianas ou no vale do Marañon, no Orinoco, reflecte a superioridade daquela, evidenciando a admirável capacidade de adaptação nos trópicos, que já haviam revelado em outros espaços dos mesmos trópicos, é certo, mas ali importava numa demonstração muito mais efectiva, mais exuberante e de rendimentos mais positivos <sup>2</sup>.

Porque os trópicos brasileiros por excelência sendo aqueles da Amazónia, serviram aos Portugueses para a manutenção do seu domínio das mercadorias exóticas, que os mercados europeus desejavam, do mesmo passo por que permitiram a admirável experiência da elaboração de uma sociedade condicionada aos imperativos ecológicos, sociedade em cuja composição entraram os três elementos constitutivos da mão-de-obra que veio penetrar a região e dominá-la para a soberania de Portugal.

No tocante ao estudo, ao descobrimento realístico da Amazónia, os Portugueses operaram continuamente. Não houve interrupções. O que ocorreu de menos louvável, se quisermos apreciar a matéria com os olhos de nossos dias e não da conjuntura de outrora, isto é, os motivos de ordem política que determinavam a orientação criticável, foi o sigilo a que se agarraram, evitando que os concorrentes se informassem do que era o imenso espaço

<sup>1</sup> Cf. Arthur C. F. Reis, *'A Política de Portugal no vale Amazónico'*. Belém, 1940; e *'Estadistas portugueses na Amazónia'*, Rio, 1948.

<sup>2</sup> Cf. Arthur Cezar F. Reis, *'A Expansão portuguesa na Amazónia nos séculos XVII e XVIII'*. Rio, 1959; e *'A presença de Portugal na Amazónia'*. Porto, 1959.

físico nas suas características geográficas e nas suas possibilidades económicas. Não há razão, pois, aos que negam aos Portugueses um distanciamento pela identificação das terras que possuíam, o que seria atribuir-lhes um pouco caso criminoso pelos interesses da própria ciência que tanto progredira nos períodos anteriores pela mão e pela constância dos seus homens de espírito indagador.

O estudo das peculiaridades da Amazónia foi uma constante na política adoptada para a região. O cedulaário que existe e permite verificar a existência dessa política é bastante ponderável. Por ele sente-se que havia um propósito de saber de tudo que significassem as peculiaridades do novo território ultramarino. Essa curiosidade oficial, no século XVIII assumiu proporções muito maiores, dado que estava em tela o traçado da fronteira entre os mundos de Portugal e de Espanha. As expedições (partidas de limites na terminologia da época), mandadas para os trabalhos concertados em Madrid e em Santo Ildefonso, procederam a um inquérito em profundidade e extensão, que temos pretendido revelar em livros de nossa autoria, mas ainda carece de maiores pesquisas que seguramente hão-de revelar a grandiosidade do esforço então despendido<sup>3</sup>. Em consequência, registrou-se a presença, no vale, de homens de ciência, os quais se lançaram, com um carinho especial, ao estudo do que ele era realmente, procurando desvendar os mistérios que o envolviam. Havia, então, como hoje, dúvidas acerca de acidentes físicos, que impunham identificação minuciosa para a fixação definitiva da linha de fronteiras.

As duas comissões nomeadas, no segundo quartel do século XVIII, para os serviços de demarcação dos limites entre os territórios portugueses e espanhóis no vale, numa actividade que não conheceu esmorecimento, mais notável, assinala-se, a segunda, produziram, em consequência, uma obra que não deve ser ignorada e constitui subsídio da maior importância para a história geográfica do extremo norte.

Integradas justamente por esses homens de ciência que vieram da Europa e foram ajudados pela técnica e pela ciência objectiva ou imediata das gentes da própria região, tais comissões foram modelo de produtividade, facilmente constatável pela riqueza cartográfica, pela riqueza em diários e relatos referentes aos reconhecimentos ordenados por via dos ajustes diplomáticos ou das instruções régias.

A secção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo do Estado do Pará, por exemplo, possui inumerável quantidade de diários, de relatos referentes aos reconhecimentos geográficos, e de peças cartográficas. Uns e outros riscados ou escritos por entre as dificuldades que o ambiente impunha e o aparato técnico permitia. Uns, da autoria dos cartógrafos graduados; outros, de simples sertanistas ou soldados enviados a reconhecimentos de rios e

<sup>3</sup> Cf. Arthur C. F. Reis, *Limites e Demarcações na Amazónia Brasileira*. Rio, 1947, 1948 e 1959.

varadouros. Uns, escritos pela pena autorizada de Lobo de Almada, de Lacerda e Almeida, de Ricardo Franco de Almeida da Serra, de Pedro Alexandrino Pinto de Sousa, de Vasco Manuel e Braum, de Francisco José Rodrigues Barata, de Filipe Sturm; outros garatujados pela inteligência sem cultivo de Geraldo Gonçalves, de Francisco Xavier Mendes, de Paulino da Silva Rego, de Joaquim Jorge, de Raimundo Maurício, de Marcelino Cordeiro, de Filipe Néri, de Luís Desidério Lobo, de Manuel de Moraes, de Eusébio Corrêa da Boa Morte. Uns e outros servindo a pátria e a ciência com o mesmo ardor e a mesma intensidade cívica. Será conveniente registrar aqui que as «partidas» tinham pela frente, como problema de maior gravidade, a verificação das comunicações entre as bacias do Solimões, Japurá e rio Negro. Falava-se em comunicações constantes e amplas. Ora, a fronteira passaria ali. Impunha-se, assim, essa verificação, que foi feita com risco da vida e resultados efectivos, que provaram a não existência de águas continuadas que ligassem as duas bacias hidrográficas e sim de ligações interiores por meio de varadouros terrestres.

Vamos, porém, às provas.

A relação que damos a seguir, de algumas peças interessantes que se encontram na secção especializada da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará, servirá para a documentação do que afirmamos:

— «Configuração da porção do rio Solimões entre a foz do Auatiparaná e do furo que passa por Fonte Boa, deduzida tão somente da agulha pelo Dr. José Joaquim Vitório da Costa. Tefé, 8 de Dezembro de 1782. Desenho a nankin sobre papel especial, anexo às questões de limites, fronteira espanhola, volume de 1782, medindo  $0,44 \times 0,94$ ».

— «Mappa do rio Japurá, organizado pelo capitão Pedro Alexandrino à vista das impressões de Geral Gonçalves, antigo navegante delle. Ega, 28 de Fevereiro de 1781».

— «Mappa das comunicações do Rio Negro para o Japurá. Manoel da Gama Lobo d'Almada. São Gabriel 24 de Outubro de 1785».

— «Mappa em que se demonstra como do rio Cauaboris se comunica para os dominios de Espanha. Manoel da Gama Lobo de Almada. Barcellos, 31 de Outubro de 1786. Desenho a nankin sobre papel de linho; anexo á correspondência de diversos com o governo, volume de 1780, medindo  $0,35 \times 0,42$ ».

— «Mappa em que se mostram tres comunicações do rio Negro para o Japurá por tres boccas superiores á do rio Uaupés: a 1.<sup>a</sup> pelo rio Xié; a 2.<sup>a</sup>, pelo rio Issana; e a 3.<sup>a</sup> pelo rio Thoman. Barcellos, 31 de Outubro de 1786. Desenho a nankin sobre papel de linho; anexo á correspondência de diversos com o governo, volume de 1780; medindo  $0,17 \times 0,22$ ».

— «Comunicação do rio Uaupés para o Japurá pelo rio Yucari ou Pururé-paraná. Manoel da Gama Lobo de Almada. Barcellos, 31 de Outubro de 1788. Desenho a nankin sobre papel de

linho; anexo á correspondencia de diversos com o governo, volume de 1780; medindo  $0,17 \times 0,22$ ».

— «Planta dos rios Solimões e Auati-paraná. Dr. José Joaquim Victorio, S.l. e d. Desenho a nankin sobre papel especial; anexo ás questões de limites, fronteira hespanhola, volume de 1788; medindo  $0,33 \times 0,44$ ».

Os seus autores credenciaram-se não só por esses documentos cartográficos, mas, também, pelos que se guardam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Militar do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e mapoteca do Ministério das Relações Exteriores. O que aqui indicamos é apenas uma amostragem mínima. Vejamos agora quem eram os seus autores.

Manuel da Gama Lobo de Almada, soldado das últimas campanhas portuguesas no Mazagão africano, foi um dos mais completos coloniais da sua geração e uma das expressões mais perfeitas como estadista e «fronteiro» da Amazônia. Governador militar do Macapá, do Mazagão paraense, do Alto Rio Negro e do vale do Rio Branco, Comissário Chefe da Partida Portuguesa de Limites em substituição ao General Pereira Caldas, Governador da Capitania de São José do Rio Negro, escritor-geógrafo, teve sua passagem pela Amazônia assinalada por uma série de serviços que lhe ilustraram o nome, aumentando o património de benemérencias daquele grupo de estadistas que trabalharam nas Capitânicas do extremo-norte, criando-lhes a vida política, organizando-lhes a sociedade, fixando os limites internacionais e estabelecendo os fundamentos de sua economia. Lobo de Almada, como nenhum outro, realizou tarefa memorável. A secção de manuscritos da Biblioteca Paraense guarda mais de um milheiro de documentos que esclarecem a sua acção nos vários postos em que serviu à pátria <sup>4</sup>.

Pedro Alexandrino Pinto de Sousa, capitão-engenheiro, mandado servir na Amazônia em 1780, trabalhou nas demarcações principalmente no sector do Solimões-Japurá, aliás o sector nevrálgico, pela série de incidentes que perturbaram a tranquilidade dos serviços, uma vez que demarcadores portugueses e espanhóis não chegavam a acordo a respeito da linha de fronteira. Pedro Alexandrino, antes de embarcar para a Amazônia, exerceu a função de ajudante na Academia Militar de Lisboa, tendo sido utilizada a sua competência no risco de planos, mediação de terrenos e várias outras tarefas técnicas, com que soube comprovar a confiança depositada pelos seus superiores, unânimes em indicá-lo como um militar e funcionário competente e cumpridor das suas obrigações. Nas campanhas de demarcação, quando alguns dos seus companheiros perderam os títulos de que se ufanavam, Pedro

<sup>4</sup> A respeito desse «colonial», escrevi o livro '*Lobo d'Almada, um estadista colonial*', Manaus, 1940.

Alexandrino soube mantê-los, logrando louvores e a promoção, em 22 de Dezembro de 1779, a sargento-mor de artilharia, com exercício de engenheiro.

José Joaquim Vitório da Costa, doutor em matemáticas pela Universidade de Coimbra, aluno graduado do Dr. António Ciera, o grande mestre que orientara a secção de ciências aplicadas daquele centro de ensino superior, também veio para a Amazónia servir nos trabalhos de demarcação. Chegou a Belém em 1780, viajando na charrua *Águia Real e Coração de Jesus*. Era um profissional cheio de capacidade, já evidenciada nas tarefas de que estivera incumbido no Reino. No vale, portou-se com a mesma dignidade profissional, logrando promoção, em 1797, a sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros. Em 1804 foi nomeado Governador da Capitania de São José do Rio Negro, em substituição de Simões de Carvalho, que não chegara a administrar por ter falecido quando a caminho da sede daquela unidade política.

Lobo de Almada, Pedro Alexandrino e Vitório da Costa, evidentemente constituíram, com seus outros companheiros de tarefa demarcadora, um pugilo de bravos, operários conscientes e heróicos da fronteira do Brasil amazónico, servidores muito ilustres daquela obra de tão singular relevo e sentido continental qual era a da regularização dos extremos das pátrias sul-americanas. Foram, conseqüentemente, fixadores das bases dessa política de boa vizinhança que marca a hora das Américas na actualidade, mas, antes, servidores ilustres de Portugal, na sua obra de criação do Brasil. Mais, servidores efectivos da obra de ciência que não se interrompera e assegurava aos Portugueses o direito ao respeito dos outros povos.



«Na verdade, um irresistível movimento de assombro suspende o historiador, quando penetra no estudo de ocupação pelos Portugueses dessa vasta região do globo onde, não falando já dos direitos históricos e da resistência dos Espanhóis; a natureza, como em nenhures grandiosa, opunha ao avanço dos homens a desmesura das suas forças: o fenómeno insuperável da maré no estuário do rio, a rede inextrincável dos canais à entrada e em grande parte do seu curso, a violência das suas inundações, a densidade impenetrável das florestas marginaes, a agressividade perseverante das tribos aborígenes, quando não a hostilidade do clima húmido, sufocante, doentio, e da multidão nunca vista de seres exóticos, répteis, peixes, insectos, que pululavam por toda a parte, e cujas armas tantas vezes não eram menos molestas que as dos homens».







## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: [ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM](mailto:ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM)



Secretaria de  
**Estado de Cultura**



CENTRO CULTURAL DOS  
POVOS DA AMAZÔNIA